

MARCELA TESSAROLO

A Grande Vitória possui cerca de 64.750 mil domicílios que sequer possuem endereço. A estimativa é das prefeituras, que admitem que o número pode ser ainda maior. Esses moradores oficialmente não existem no mapa por fixarem residência em áreas invadidas ainda não regularizadas. Com coragem, pedaços de madeira ou lajotas empilhadas sem sustentação, as famílias carentes fincam seu espaço no mundo e passam a viver em terrenos de terceiros ou áreas de preservação ambiental, lembrando a Idade Média, sem água encanada, luz elétrica ou esgoto.

De acordo com a pesquisa de Origem e Destino realizada pela Secretaria Estadual de Transportes e Obras Públicas, a população da Região Metropolitana cresceu 40% de 1988 até 1998, data da coleta de dados do estudo. Pela pesquisa, 1.246.875 habitantes residem na Grande Vitória, 5,5% a mais em relação ao último censo do IBGE realizado em 1996. Nesse período, muitas invasões aconteceram em grupos organizados ou feitas gradualmente, na medida da necessidade e da descoberta da área pela população carente.

O crescimento desordenado e o aparecimento de bolsões de pobreza já foram diagnosticados pelas prefeituras da Grande Vitória, que possuem projetos considerados prioridade para amenizar o problema.

Em Vitória, a situação de carência é mais sentida nos bairros Conquista e Jaburu. De acordo com a coordenadora do Projeto Terra, da Prefeitura de Vitória, Madalena Nepomuceno, todos os 2.050 domicílios dos dois bairros não possuem infraestrutura mínima. A situação



Evaristo Borges

'Pesca'

Ao observar a água do mangue, o menino supõe que o que bóia pode servir para uma boa refeição. 'Aqui tem peixe e caranguejo, mas só se consegue pegar com o barco', falou; mas ele pesca mesmo são garrafas e sacolas plásticas

# Cidadãos sim, mas sem endereço e identidade

Com coragem, madeira ou lajotas empilhadas sem sustentação, as famílias carentes fincam seu espaço no mundo

## CENSO

### Dados mostram inadequação

A falta de infra-estrutura já foi diagnosticada no censo de 1991. No livro Dimensões das carências sociais - Informações Municipais, editado pelo IBGE e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 38.190 domicílios estavam com abastecimento de água inadequado na área urbana da Grande Vitória. Com esgoto inadequado encontravam-se 83.297 domicílios. Com coleta de lixo inadequada estavam 80.363, na área residencial. O IBGE considerou 46.662 domicílios em "condições mais precárias". Dia 1º de agosto começa o censo 2000.

Flexal e Porto de Santana. O secretário de Planejamento, Valter Matielo, tinha calculado o número de 12.400 domicílios sem endereço e em total clandestinidade em Cariacica.

Vila Velha assistiu, a partir da década de 80, a um grande crescimento populacional por causa da inauguração da Terceira Ponte e o recapeamento da Rodovia do Sol. O boom imobiliário na construção civil também se evidenciou nos loteamentos irregulares e invasões, como a conhecida região de Terra Vermelha. Segundo o diretor de Planejamento Urbano e secretário de Meio Ambiente e Saneamento de Vila Velha, Antônio Chalhub,

ambém é grave no alto de outros morros da Capital, áreas consideradas de interesse ambiental e habitadas por pessoas de baixa renda. Nepomuceno estima que 7.050 domicílios de Vitória não possuem água encanada, esgoto e endereço.

Na Serra, os Correios não entregam correspondência em grandes bairros, como Jardim Carapina, José Anchieta II, Pla-

nalto Serrano e Arque das Gai-votas, por causa do difícil acesso e por eles não serem reconhecidos oficialmente como bairros do município. Juntos, eles possuem cerca de 47 mil habitantes. "Em alguns bairros, os próprios moradores dão nome às ruas. Cerca de 15 mil domicílios não possuem endereço", observa o prefeito Sérgio Vidigal.

Em tempos de movimenta-

ções milionárias pela Internet, essas pessoas dão como referência para conseguir receber uma correspondência a mercearia da rua principal. Segundo ele, a Câmara de Vereadores aprovou recentemente um projeto de lei que reconhece esses e outros bairros como oficiais da Serra.

O bairro Jardim Carapina, com cerca de 13 mil moradores, é considerado o mais carente.

Localizado na região de mangue, está no nível do mar, o que dificulta os trabalhos da prefeitura. Para fazer as obras necessárias de drenagem, esgotamento sanitário e pavimentação seriam necessários R\$ 10 milhões. A quantia significa o orçamento anual da prefeitura destinado para obras.

Em Cariacica, o recém empossado secretário de Planeja-

mento Gustavo Campos Mendonça, se diz "horrorizado" com a situação dos bairros mais carentes, todos provenientes de invasões. "Os moradores não têm nada, nem comida", disse. Ele pretende promover um censo comunitário para diagnosticar o número de carentes e a situação em que vivem. Ele cita como bairros carentes o Liberdade, União, e os entornos de

de Vila Velha, Antônio Chalhub, cerca 30 mil domicílios são irregulares no município. A estimativa é baseada em pesquisa realizada pela prefeitura.

Já Viana possui cerca de 300 famílias em bolsões de pobreza, de acordo com a secretária de Ação Social, Ana Maria Novaes. A situação se agrava nos bairros Soteco, Vale do Sol, Ipanema e parte de Marcílio de Noronha, onde vivem 10 mil famílias.

## Mangue vira esgoto para 900 famílias

A moradora do bairro Vila Dom João Batista, Orli Floriana Fortunato, 60 anos, sabe o que é viver sem a mínima infra-estrutura. A palafita onde mora, feita de pedaços de madeira, não possui banheiro e tampouco água encanada. No barraco de um cômodo vivem mais dois adultos e duas crianças. Todos os dias, Orli carrega baldes de água e leva dentro de uma bacia as louças que precisam ser lavadas na casa da filha, que mora ao lado.

O banheiro se resume a um buraco aberto entre as tábuas do piso no canto do cômodo que desemboca no mangue. É assim em quase todas as casas das cerca de 900 famílias que vivem no bairro considerado pela Prefeitura de Vila Velha como o de bolsão de pobreza em situação grave.

O único documento de Orli é a carteira de trabalho, nunca assinada. "Trabalhava na roça", justifica. Uma das crianças que vive em sua palafita é o neto Willian, de 9 anos. O menino foi abandonado pela mãe aos seis meses de idade e não tem registro. Sem a certidão de nascimento, não consegue ser matriculado em uma escola. "Ele não sabe ler e escrever", conta a avó.

O mau cheiro do local incomoda. O lixo bóia na água do manguezal e vira atração das crianças, que tentam "pescar" as garrafas e sacolas plásticas

vazias. "Aqui tem peixe e caranguejo, mas só se consegue pegar com o barco, lá no fundo", falou.

Com três filhos de idades entre 3 e 8 anos, a dona de casa Marli de Souza nunca pagou IPTU. A palafita de um cômodo foi construída pelo marido Fernando Rodrigues, um pintor atualmente desempregado. "Quando chove a maré enche e invade a casa. Além disso o vento leva o telhado. Sempre tenho medo", afirmou.

### Solidariedade

Na palafita de Isabel Gomes da Silva, o carro do lixo da prefeitura não consegue ir. Ela precisa ir na rua da frente deixar os detritos da família, formada por três filhos, sendo um recém-nascido de 15 dias. A conta de água está atrasada desde março do ano passado e já soma R\$ 301,37. A Cesan cortou o abastecimento por dois meses, mas o marido de Isabel conseguiu parcelar a dívida para poder ter a água de volta. No tempo que ficou sem abastecimento ela contou com a solidariedade da vizinha. "Aqui não tem banheiro e chove dentro", dizia impaciente o filho de 3 anos, chamado Igor.

O diretor de Planejamento Urbano de Vila Velha e secretário de Meio Ambiente e Saneamento, Antônio Chalhub, afirma que o bairro será beneficiado por uma ação emergencial no Programa Habitar, do Ministério do Planejamento de Orçamento e Gestão, com um projeto de reurbanização. O projeto tem orçamento de R\$ 5 milhões e tem financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (Bid). Segundo Chalhub, as famílias que vivem em palafitas na beira do mangue serão realojadas em breve.



Evaristo Borges

Quem são?

Muitas crianças não podem ir à escola porque não têm certidão de nascimento

## Projetos querem amenizar problema

As ocupações irregulares ganharam tanto espaço que as prefeituras da Grande Vitória não têm mais como ignorar a existência do problema. Buscando um desenvolvimento sustentável, há projetos para regularizar os imóveis e realojar famílias que vivem em áreas de risco e de preservação ambiental.

Nas prefeituras existem leis de parcelamento do solo, que determinam a metragem mínima de um lote, o tamanho que deve ser reservado para áreas de lazer, dentre outros. Em Vila Velha, a prefeitura realiza um trabalho de regularização de bairros desde 1997. Cerca de cinco mil domicílios já foram beneficiados, segundo o diretor de Planejamento Urbano e secretário de Meio Ambiente e Saneamento de Vila Velha, Antônio Chalhub.

No município, para um bairro se tornar regularizado, é necessário que haja a escritura que comprove que a ocupação foi feita pelo dono da área, apresentação da planta, confirmação de herdeiros ou procuração autorizando a ocupação.

Muitos bairros, como Terra Vermelha, já conseguiram ser parcialmente regularizados. Outros não tiveram a mesma sorte por estar em áreas de preservação, como mangues. A saída que a prefeitura encontrou foi remanejar as famílias para outras

áreas com a construção de casas populares ao custo de R\$ 20,00 mensais por 5 anos, em parceria com a Caixa Econômica. Ele acredita que assim superará o déficit de 4,6 mil habitações.

Em Vitória, a prefeitura está desenvolvendo o Projeto Terra, que atenderá 22 mil domicílios em 35 bairros carentes da capital. O custo total é de R\$ 75 milhões, com financiamento do BNDES e contrapartida da prefeitura.

Na Serra, a Câmara de Vereadores aprovou recentemente um projeto de lei que reconhece os bairros da Serra. Isso porque bairros como Jardim Carapina, com cerca de 13 mil habitantes; Vila Nova de Colares, com 15 mil habitantes; e Planalto Serrano, com 20 mil habitantes; não eram regularizados como bairros.

A lei estabelece ainda os limites de início e fim de cada bairro, o que, segundo o prefeito Sérgio Vidigal, irá facilitar o trabalho do IBGE no censo 2000, a modernização do cadastro imobiliário e modernização da arrecadação tributária da Serra. Vidigal cita que a Câmara também autorizou a prefeitura a reconhecer edificações sem licenciamento construídas até 96.

Há duas semanas no cargo, o secretário de Planejamento de Cariacica, Gustavo Campos Mendonça, pretende fazer um censo comunitário em Cariacica para conhecer a real situação do município. Com os dados, pretende resolver o problema de moradia de Cariacica com a construção de casas populares.

Em Viana, a prefeitura cadastrou 2,5 mil famílias para o projeto de renda mínima e acabou com o lixão do bairro Eldorado, onde 27 famílias viviam da cata de lixo. As pessoas sem renda do local foram encaminhadas para empregos na prefeitura e empresas.